

**Parecer**

Concordo. Submetto à aprovação
do CA. /m. d. L. 28.07.2017

Com a presente Informação visa-se dar cumprimento ao disposto no decreto de execução orçamental para o corrente ano, referente à submissão à DGO do relatório trimestral de execução orçamental do 2T2017, a submeter até ao final do mês seguinte. Do mesmo destacam-se os 40 M€ de compromissos assumidos, e destes, os 19 M€ que estão por pagar nessa data. Acresce salientar que a SPMS continua a aguardar autorização ao pedido de exceção de aplicação do artigo 124.º do referido diploma, no que tange às despesas com o pessoal e gastos operacionais do corrente ano.

Ao Conselho de Administração para aprovação.

O DIRETOR FINANCEIRO

**Leonel
Sanches**

Assinado de forma digital por Leonel Sanches
DN: cn=Leonel Sanches, o=Serviços
Partilhados do Ministério da Saúde, EPE,
ou=SPMS, email=leonel.sanches@spms.mins
saude.pt, c=PT
Dados: 2017.07.28 10:54:01 +01'00'

Despacho/Deliberação

O CA aprova

28/7/17

Henrique Menezes
Presidente do Conselho de Administração

/m. d. L.

João Martins

Vogal do Conselho de Administração

N.º: **100/DF/2017**

Data: **27 de julho de 2017**

Assunto: **RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2.º TRIMESTRE DE 2017**

Finalidade

1. Apresentar ao Conselho de Administração da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS), proposta de aprovação do “Relatório Trimestral de Execução Orçamental – 2.º trimestre de 2017”.

Enquadramento

2. Nos termos do artigo 94.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março (Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2017), encontra-se previsto que:

“4 — Trimestralmente, até ao dia 30 do mês seguinte ao do termo do trimestre, as entidades referidas no n.º 1, com exceção das previstas no artigo 30.º, procedem à apresentação, do relatório da execução orçamental, elaborado pelo competente órgão fiscalizador ou, na sua falta, pelo respetivo órgão de gestão.”

3. Quanto à intervenção do Fiscal único, a alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, alterados pelo Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro e Decreto-Lei n.º 209/2015, de 25 de setembro, refere que:

“2 — Ao fiscal único compete, especialmente: (i) Dar parecer sobre os instrumentos previsionais de gestão e sobre os relatórios trimestrais de execução orçamental.”



4. Paralelamente, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime jurídico do setor empresarial do Estado), determina-se que:

“2 - Os titulares dos órgãos de administração das empresas públicas respondem perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos com a gestão empreendida, apresentando para o efeito relatórios trimestrais fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, devendo este incluir o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, doravante designado por plano de atividades e orçamento.

3 - Nos relatórios referidos no número anterior, os titulares dos órgãos de administração especificam o nível de execução orçamental da empresa, assim como as operações financeiras contratadas.”

5. Por último, através da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do aludido Decreto-Lei n.º 133/2013, encontra-se disposto que:

“1 - As empresas públicas estão obrigadas a divulgar:

(...) i) Os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.”

Análise

6. Na esteira do enquadramento legal anteriormente exposto, a matéria que aqui nos ocupa versa sobre a apresentação do relatório trimestral de execução orçamental a remeter à Direção-Geral do Orçamento com vista a atender ao previsto no Decreto-Lei n.º 25/2017 (quanto à execução orçamental), seguindo-se-lhe documento apropriado, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 (que dá conta da execução dos objetivos).
7. Assim, o Relatório de Execução Orçamental relativo ao 2.º trimestre de 2017, que se apresenta em anexo, apresenta um total de recebimentos de 26.824.839,00€ e um total de pagamentos de 20.917.330,00€, o que resulta num saldo orçamental a 31 de março de 2017, líquido do saldo proveniente da gerência anterior, de 5.907.509,00€.
8. No que respeita às Demonstrações Financeiras, com referência a 31 de março de 2017, as mesmas apresentam um resultado líquido positivo de 1.479.370,71€ e um ativo líquido de 18.455.235,95€.
9. Ao nível dos indicadores, tendo em conta o impacto que a transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, tinha no nível de liquidez e de autonomia financeira no ano de 2015, a liquidação das dívidas naquele âmbito pela via do aumento de capital e das transferências do Orçamento do Estado, melhorou significativamente estes indicadores.
10. O relatório conclui, no essencial, que:
- As Demonstrações Financeiras deixaram de estar influenciadas pela transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, em especial o Capital Próprio, que se apresenta agora positivo em face do aumento de capital ocorrido no exercício de 2016. Ainda assim, o capital próprio representa menos de metade do capital social.
 - A SPMS apresentou uma execução orçamental equilibrada no 1º semestre de 2017.
 - No âmbito das atividades inerentes ao Decreto-Lei nº209/2015, de 25 de setembro, encontra-se liquidada parte significativa das responsabilidades assumidas por aqueles ACE Somos e



transmitidas para a SPMS (98%), porquanto se realizou o pagamento da totalidade do capital em dívida ao Sindicato Bancário, bem como das situações (que se destacam pela sua materialidade) referentes aos credores Capgemini Portugal, Serviços de Consultadoria e Informática, S.A. e MSD – Merck Sharp & Dohme, Lda, todavia, ainda permanecem dívidas por pagar.

- d. A SPMS alcançou o objetivo de diminuição do prazo médio de pagamentos no 1º semestre.
- e. Face ao risco de incumprimento do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, é importante obter a autorização para que a SPMS possa estar excecionada do mesmo, já solicitada por ofício.

Conclusão

- 11. O “Relatório Trimestral de Execução Orçamental – 2.º trimestre de 2017”, reflete a execução orçamental do respetivo trimestre e está em condições de ser aprovado.

Proposta

- 12. Pelo que antecede, propõe-se ao Conselho de Administração da SPMS, o seguinte:

- a. Apreciação e tomada de decisão quanto à aprovação do Relatório Trimestral de Execução Orçamental referente ao 2.º trimestre de 2017;
- b. Subsequente remessa:
 - i. À Direção-Geral do Orçamento, em ordem ao cumprimento do disposto no artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 25/2017;
 - ii. Ao Fiscal Único, para efeitos de emissão do seu relatório, conforme previsto no artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

À consideração superior,

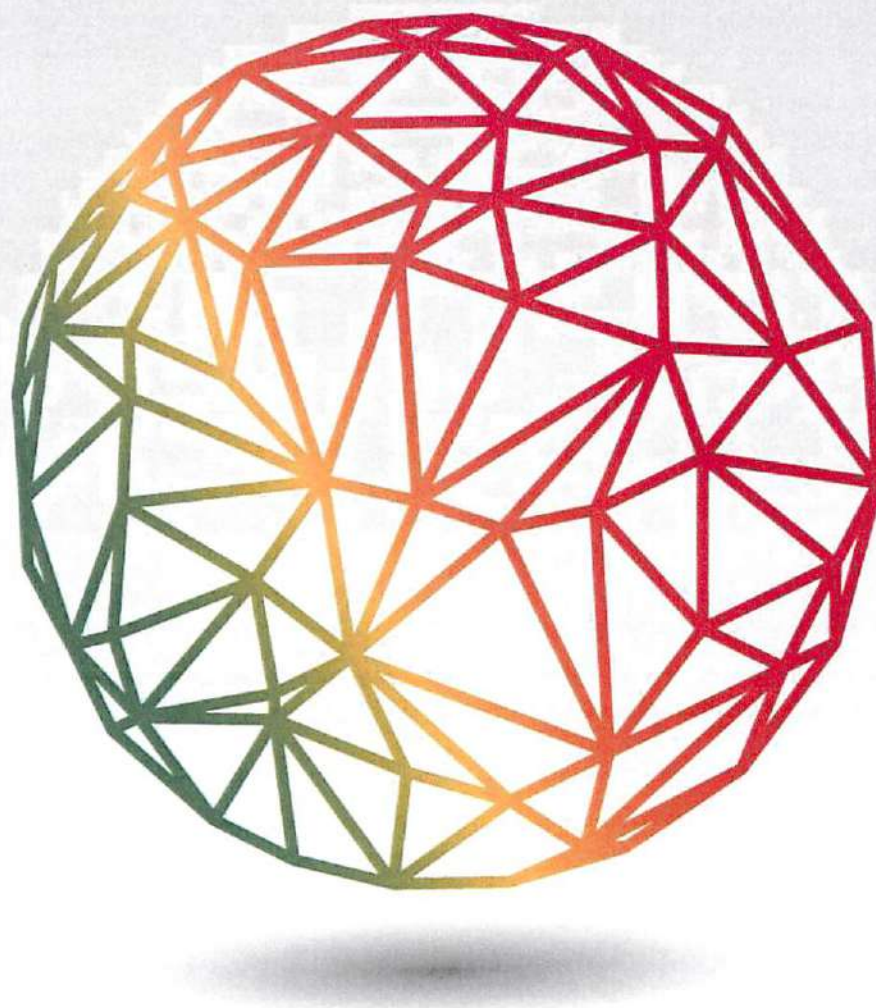
O COORDENADOR DOS SERVIÇOS INTERNOS
FINANCEIROS E CONTABILISTA CERTIFICADO N.º 61668

Rui Manuel Barros
Galhardo

Assinado de forma digital por Rui Manuel Barros Galhardo
DN: cn=PT, o=Serviços Partilhados da Saúde EPE, cn=Rui Manuel Barros Galhardo
Dados: 2017.07.27 18:48:32 +01'00'

Anexos:

- Relatório Trimestral de Execução Orçamental do 2º Trimestre de 2017.



Relatório Trimestral de Execução Orçamental

2.º Trimestre de 2017



SPMS_{EPE}
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



I.	Índice	
I.	Índice	1
II.	Introdução.....	2
III.	Execução do orçamento.....	3
a.	Análise Orçamental Global	3
b.	Execução da receita com referência a 30 de junho de 2017.....	4
c.	Execução da despesa com referência a 30 de junho de 2017	6
IV.	Demonstrações Financeiras.....	9
1.	Balanço	9
2.	Demonstração de Resultados	10
3.	Demonstração das Alterações no capital próprio	11
4.	Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
5.	Notas às Demonstrações Financeiras.....	13
V.	Indicadores.....	18
VI.	Conclusão.....	21



II. Introdução

O presente relatório trimestral de execução orçamental enquadra-se nas obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro¹, do n.º 4 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março², bem como da alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS)³.

Este relatório tem por objetivos:

- Explicitar os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;
- Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa e um conjunto de indicadores relevantes.

No dia 25 de setembro de 2015 foi publicado o Decreto-Lei n.º 209/2015 que estabeleceu o regime da transmissão das posições jurídicas dos Agrupamentos Complementares de Empresas «Somos Compras», «SomosContas» e «Somos Pessoas» para a SPMS. As posições jurídicas compreendem a universalidade de bens e direitos detidos por cada uma daquelas entidades e afeta o exercício das atividades em causa, abrangendo todo o ativo e passivo, património físico e jurídico e posições em contratos em vigor que integram aquelas universalidades.

A contas da SPMS do 2.º trimestre de 2017 refletem a realidade descrita no parágrafo anterior, e, adicionalmente, o reflexo de um aumento de capital, subscrito e realizado pelo Estado, no montante total de 19.637.140€, para fazer face, exclusivamente, à cobertura da amortização antecipada da dívida bancária resultante da transmissão das posições jurídicas dos Agrupamentos Complementares Empresas SOMOS.

Todavia, aquele montante não era suficiente para a liquidação da totalidade dos passivos transmitidos, designadamente de fornecedores dos ACES's, pois o montante necessário total rondaria os 25M€. Neste contexto, a SPMS recebeu transferências do Orçamento do Estado no montante de 5,65M€, que permitiu a

¹ Regime jurídico do setor empresarial do Estado, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.

² Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2017.

³ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e alterados pelos Decretos-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro e n.º 209/2015, de 25 de setembro.



amortização antecipada da dívida bancária e a liquidação da maioria das dívidas a fornecedores no último trimestre de 2016.

III. Execução do orçamento

a. Análise Orçamental Global

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da empresa em termos de pagamentos e recebimentos e de compromissos assumidos e por pagar.

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução orçamental				
Principais agregados	JUN - 2016	JUN - 2017	Variação	%
Previsões Corrigidas	86.312.285,00 €	80.096.320,00 € -	6.215.965,00 €	-7%
Receitas Liquidadas	20.090.305,00 €	28.890.868,00 €	8.800.563,00 €	0%
Liquidações anuladas	648.788,00 €	830.571,00 €	181.783,00 €	0%
Recebimentos	20.152.498,00 €	26.824.839,00 €	6.672.341,00 €	33%
Dotações corrigidas	83.500.661,00 €	74.238.059,00 € -	9.262.602,00 €	-11%
Cativos ou congelamentos	8.011.527,00 €	5.184.778,00 € -	2.826.749,00 €	-35%
Compromissos assumidos	36.647.626,00 €	39.967.101,00 €	3.319.475,00 €	9%
Saldo de gerência anterior	2.721.950,00 €	5.759.261,00 €	3.037.311,00 €	0%
Reembolsos e restituições	2.637.888,00 €	5.286.214,00 €	2.648.326,00 €	100%
Pagamentos	12.674.787,00 €	20.917.330,00 €	8.242.543,00 €	65%
Saldo	7.561.773,00 €	6.380.556,00 € -	1.181.217,00 €	-

Outros indicadores	JUN - 2016	JUN - 2017	Variação	%
Receita por cobrar no início	4.597.306,00 €	5.278.546,00 €	681.240,00 €	15%
Receita por cobrar no final	1.164.375,00 €	754.742,00 € -	409.633,00 €	-35%
Compromissos por pagar	23.972.839,00 €	19.049.771,00 € -	4.923.068,00 €	-21%

Figura 1 – Resumo da execução orçamental

No segundo trimestre de 2017 a SPMS apresenta um aumento na receita cobrada e liquidada consequência do recebimento dos oito duodécimos do Orçamento de Estado. A SPMS solicitou adiantamento de dois duodécimos do OE, pedido que foi aprovado por sua excelência o secretário de Estado da Saúde.

A SPMS assumiu compromissos no 1º semestre de 2017 que totalizam 40M€, estando cerca de 19M€ ainda por executar e pagar.



b. Execução da receita com referência a 30 de junho de 2017

Mapa de controlo da execução orçamental da receita por subagrupamento - SPMS													
jun-17													
Descrição			Previsões Corrigidas	Rec. Por cob. Início do ano	Receitas liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada ano	Receita cob ano anterior	Receita cobrada total	Reembolsos e restituições	Receita cobrada líquida	Rec. por cobrar final do ano	Un: euro
Font. Fin.	Agrup.	Designação	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [5] + [6]	[8]	[9] = [7] - [8]	[10] = [3] - [4] - [7]	[11] = [7] / [1]
3.1.3	R16.01	SAÍDO ORÇAMENTAL	3.556.613 €	- €	3.556.613 €	- €	3.556.613 €	- €	3.556.613 €	3.556.613 €	- €	- €	100,0%
3.1.9	R06.03	RECEITAS CORRENTES	28.000.000 €	- €	18.666.667 €	- €	18.666.667 €	- €	18.666.667 €	- €	18.666.667 €	- €	66,7%
4.1.2	R06.09	RESTO DO MUNDO	2.516.874 €	- €	526.807 €	- €	526.807 €	- €	526.807 €	- €	526.807 €	- €	20,9%
4.8.2	R06.09	RESTO DO MUNDO	270.139 €	- €	20.139 €	- €	20.139 €	- €	20.139 €	- €	20.139 €	- €	7,5%
4.8.8	R16.01	SAÍDO ORÇAMENTAL	473.047 €	- €	473.047 €	- €	473.047 €	- €	473.047 €	- €	473.047 €	- €	100,0%
5.1.0	R05.03	JUROS - ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	1.000 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
5.1.0	R07.02	SERVÍÇOS	41.547.474 €	5.278.546 €	2.583.128 €	830.571 €	1.536.255 €	4.740.106 €	6.276.361 €	- €	6.276.361 €	754.742 €	15,1%
5.1.0	R15.01	REPOSIÇÕES NABATIDAS	1.533 €	- €	1.532 €	- €	1.532 €	- €	1.532 €	- €	1.532 €	- €	99,9%
5.2.0	R16.01	SAÍDO ORÇAMENTAL	1.729.601 €	- €	1.729.601 €	- €	1.729.601 €	- €	1.729.601 €	1.729.601 €	- €	- €	100,0%
5.4.0	R06.03	RECEITAS CORRENTES	2.000.000 €	- €	1.333.333 €	- €	1.333.333 €	- €	1.333.333 €	- €	1.333.333 €	- €	66,7%
			80.096.320 €	5.278.546 €	28.890.868 €	830.571 €	27.833.995 €	4.740.106 €	32.584.101 €	5.286.214 €	27.297.887 €	754.742 €	34,1%

Figura 2 – Execução orçamental da receita por subagrupamento

Analisando o mapa de execução orçamental da receita, por subagrupamento, verifica-se a existência de um grau de execução da receita de 34%.

No final do 2º trimestre de 2017 a execução da receita é inferior à execução prevista. Esta situação deve-se ao facto da SPMS não ter faturado à Administração Central do Sistema de Saúde as metas referentes ao 1º semestre no âmbito do Contrato Programa estabelecido com aquela entidade. No entanto, prevê-se a faturação de 25% do valor total do contrato programa durante o mês de julho.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da receita nos últimos três anos com referência ao mês de junho.

(Unid Monetária: Euros)			
Receita	JUN - 15	JUN - 16	JUN - 17
Valor Orçamentado	70.714.934,00 €	86.312.285,00 €	80.096.320,00 €
Valor Executado	40.702.884,00 €	20.236.560,00 €	27.297.887,00 €
Grau de Execução	58%	23%	34%

Figura 3 – Evolução da execução do orçamento da receita



Figura 4 – Evolução do grau de execução da receita



No 1º semestre de 2017 a SPMS recebeu o correspondente a oito duodécimos provenientes do montante inscrito no Orçamento de Estado como transferências correntes.



Figura 5 – Estrutura das receitas

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da execução da receita:

(Unid Monetária: Euros)

JUN2017 - Resumo da execução da receita - Comparação com o esperado								
F.F.	Económica	Fontes de Receita	Saldo de 2016	Receita inicial estimada	Receita estimada	Emissão	Cobrança	Grau de ex. (%)
3.1.9	06.03.07	ACSS CP - Contínuo	- €	28.000.000,00 €	28.000.000,00 €	18.666.666,67 €	18.666.666,67 €	67%
4.1.2	06.09.01	SAMA	- €	592.859,00 €	2.516.874,00 €	526.807,00 €	526.807,00 €	89%
4.8.2	06.09.01	UE	- €	270.178,00 €	270.178,00 €	20.139,22 €	20.139,22 €	7%
5.1.0	05.03.01	Juros	- €	1.000,00 €	- €	- €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.A0	ACSS CP - Projetos em Desenvolvimento	1.776.923,56 €	7.084.800,00 €	18.188.994,00 €	- €	1.776.923,56 €	20%
5.1.0	07.02.99.A0	ACSS CP - PRITIC (2016)	1.807.813,71 €	9.259.194,00 €	- €	38.984,36 €	1.759.911,85 €	16%
5.1.0	07.02.99.A0	ACSS CP - Medidas do governo (2016)	520.575,36 €	1.845.000,00 €	- €	8.917,50 €	520.575,36 €	22%
5.1.0	07.02.99.B0	Serviços Partilhados	525.099,54 €	2.748.774,00 €	3.029.981,96 €	926.214,55 €	881.664,69 €	27%
5.1.0	07.02.99.B0	SITAM		316.325,00 €	400.000,00 €	204.971,10 €	204.971,10 €	65%
5.1.0	07.02.99.C0	Direção Geral da Saúde	552.454,50 €	3.388.755,00 €	2.667.270,00 €	549.800,16 €	918.785,40 €	23%
5.1.0	07.02.99.C0	Açores (Saudaçor)		917.896,00 €	200.000,00 €	- €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.C0	INCM	48.052,61 €	225.495,00 €	225.495,00 €	117.849,55 €	165.902,16 €	61%
5.1.0	07.02.99.C0	Isaúde (Instituto de Administração da Sa	25.620,00 €	137.268,00 €	137.268,00 €	- €	25.620,00 €	16%
5.1.0	07.02.99.C0	Santa casa Misericórdia	22.007,16 €	- €	- €	- €	22.007,16 €	100%
5.1.0	07.02.99.C0	Outros	- €	- €	2.656,80 €	1.623,60 €		
5.1.0	07.02.99.D0	Fees a fornecedores	- €	15.625.500,00 €	- €	- €	- €	0%
5.1.0	15.01.01	Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	- €	1.532,36 €	1.532,36 €	1.532,36 €	0%
5.4.0	06.03.07	ACSS CP - Contínuo (ADICIONAL)	- €	2.000.000,00 €	2.000.000,00 €	1.333.333,33 €	1.333.333,33 €	67%
Total			5.278.546,44 €	72.413.044,00 €	57.640.250,12 €	22.301.035,68 €	26.824.839,86 €	34%

Figura 6 – Grau de execução da receita



c. Execução da despesa com referência a 30 de junho de 2017

Mapa de controlo da execução orçamental da despesa por subagrupamento - SPMS										
jun-17		Un: euro								
Descrição		Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Dotações líquidas	Compromissos Assumidos	Despesa Paga	Dotação Não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar	Grau (%)
Font. Fin. Agrup. Designação		[1]	[2]	[3] - [1] - [2]	[4]	[5]	[6] - [3] - [4]	[7] - [3] - [5]	[8] - [4] - [5]	[9] - [5] / [3]
3.1.9 D01.01 REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		7 123 322 €	310 196 €	6 813 126 €	5 380 951 €	3 726 632 €	1 432 175 €	3 086 494 €	1 654 319 €	54,7%
3.1.9 D01.02 ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		1 105 229 €	392 887 €	712 342 €	622 738 €	397 972 €	89 604 €	314 370 €	224 766 €	55,9%
3.1.9 D01.03 SEGURANÇA SOCIAL		1 908 277 €	70 392 €	1 837 885 €	1 525 364 €	762 151 €	312 521 €	1 075 734 €	763 213 €	41,5%
3.1.9 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS		57 807 €	2 460 €	55 347 €	41 983 €	13 918 €	13 364 €	41 429 €	28 066 €	25,1%
3.1.9 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		16 411 115 €	2 460 €	16 408 655 €	8 971 635 €	5 174 838 €	7 437 020 €	11 233 817 €	3 796 797 €	31,5%
3.1.9 D06.02 DIVERSAS		1 344 250 €	1 302 610 €	41 640 €	36 510 €	31 051 €	5 130 €	10 589 €	5 458 €	74,6%
4.1.2 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		2 516 874 €	- €	2 516 874 €	659 607 €	158 618 €	1 857 267 €	2 358 256 €	500 989 €	6,3%
4.8.2 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		270 178 €	- €	270 178 €	- €	- €	270 178 €	270 178 €	- €	0,0%
5.1.0 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS		428 000 €	- €	428 000 €	293 426 €	49 935 €	134 574 €	378 065 €	243 490 €	11,7%
5.1.0 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		35 037 893 €	147 108 €	34 890 785 €	19 036 994 €	9 240 654 €	15 853 791 €	25 650 131 €	9 796 339 €	26,5%
5.1.0 D03.06 ENCARGOS FINANCEIROS		1 000 €	- €	1 000 €	- €	- €	1 000 €	1 000 €	- €	0,0%
5.1.0 D06.02 DIVERSAS		4 220 442 €	2 956 665 €	1 263 777 €	236 407 €	73 638 €	1 027 370 €	1 190 139 €	162 770 €	5,8%
5.1.0 D07.01 INVESTIMENTOS		1 813 672 €	- €	1 813 672 €	1 213 341 €	673 525 €	600 331 €	1 140 147 €	539 815 €	37,1%
5.4.0 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		2 000 000 €	- €	2 000 000 €	1 948 146 €	614 397 €	51 854 €	1 385 603 €	1 333 749 €	30,7%
		74 238 059 €	5 184 778 €	69 053 281 €	39 967 101 €	20 917 330 €	29 086 180 €	48 135 951 €	19 049 771 €	30,3%

Figura 7 - Execução orçamental da despesa por subagrupamento

A execução da despesa evidencia um grau de execução de 30%, o que significa que o nível de execução da despesa está balanceado com o nível de execução da receita.

A existência de cativações orçamentais, na ordem dos 5M€, irá limitar a assunção de novos compromissos e, consequentemente, a capacidade de realização de serviços e respetiva faturação.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa nos últimos três anos, com referência ao mês de junho.

(Unid Monetária: Euros)			
Despesa	JUN - 15	JUN - 16	JUN - 17
Valor Orçamentado	54.532.680,00 €	83.500.661,00 €	74.238.059,00 €
Valor cativo	7.519.270,00 €	8.011.527,00 €	5.184.778,00 €
Valor Executado	15.287.545,00 €	12.674.787,00 €	20.917.330,00 €
Grau de Execução	33%	17%	30%

Figura 8 - Evolução da execução do orçamento da despesa



Figura 9 - Evolução do grau de execução da despesa



Na figura seguinte é possível verificar os valores pagos por tipo de despesa e respetivo peso relativo.



Figura 10 – Estrutura das despesas

Do valor total pago 73% corresponde a aquisição de serviços e 23% a despesas com o pessoal (remunerações, abonos e segurança social).

Como se pode verificar no quadro seguinte, a despesa paga acumulada apresentada em junho de 2017, foi superior à despesa no mesmo período em 2016. A SPMS recebeu dois duodécimos do OE antecipadamente, sendo possível fazer face a uma maior execução dos compromissos assumidos.

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução da despesa - Evolução face a 2016				
Principais agregados	JUN - 2016	JUN - 2017	Variação	%
Despesas com o pessoal	4.224.870,00 €	4.886.755,00 €	661.885,00 €	16%
Aquisição de bens e serviços	7.009.614,00 €	15.252.360,00 €	8.242.746,00 €	118%
Outras despesas correntes	453.162,00 €	104.689,00 € -	348.473,00 €	-77%
Investimento	215.384,00 €	673.525,00 €	458.141,00 €	213%
Transf. Capital	771.756,00 €	- € -	771.756,00 €	-100%
Total	12.674.787,00 €	20.917.330,00 €	8.242.543,00 €	65%

Figura 11 – Evolução das despesas por agrupamento



Em termos analíticos, apresenta-se de seguida a estrutura de compromissos e pagamentos por orgânica.

(Unid Monetária: Euros)

Código	Descrição da Unidade Orgânica	Compromissos Assumidos	Pagamentos	Compromissos por pagar
1	Direção de Assuntos Jurídicos e Contencioso	384.363,57 €	95.328,78 €	289.034,79 €
2	Direção de Comunicação e Relações Públicas	771.108,68 €	589.238,57 €	181.870,11 €
3	Direção de Compras da Saúde	706.708,54 €	340.299,00 €	366.409,54 €
4	Direção de Compras Transversais	156.261,60 €	37.000,80 €	119.260,80 €
4.1	Unidade de Aprovisionamento	256.779,67 €	126.630,00 €	130.149,67 €
5	Direção Financeira	112.652,42 €	19.743,03 €	92.909,39 €
5.1	Serviços Internos Financeiros	154.851,70 €	71.674,44 €	83.177,26 €
6	Direção de Planeamento e Desenvolvimento Organizacional	246.395,13 €	217.367,94 €	29.027,19 €
7	Direção de Recursos Humanos	8.077.088,72 €	5.007.038,81 €	3.070.049,91 €
7.1	Serviços Internos de Recursos Humanos	165.595,32 €	41.186,03 €	124.409,29 €
7.2	Serviços Partilhados de Recursos Humanos e Logística	500.267,63 €	2.713,73 €	497.553,90 €
8.1	Unid. Coord. Sistemas Locais de Informação Clínica e Administrativa	1.532.757,91 €	462.829,09 €	1.069.928,82 €
8.2	Unid. Coord. Sistemas Locais de Informação Clínica e Administrativa	1.234.709,96 €	381.964,22 €	852.745,74 €
8.3	Unid. Coord. Plataformas de Integração de Cuidados	2.408.158,64 €	630.597,22 €	1.777.561,42 €
8.4	Unid. Coord. Arquitetura Interoperabilidade e Projetos Internacionais	258.816,97 €	150.758,00 €	108.058,97 €
8.5	Unid. Coord. Operações, Segurança e Infraestrutura	13.858.925,03 €	9.948.137,94 €	3.910.787,09 €
8.6	Unid. Coord. Sistemas de Informação de Apoio à Gestão	4.015.828,66 €	1.248.364,24 €	2.767.464,42 €
8.9	Unid. Coord. Registos Nacionais	1.045.913,29 €	346.484,08 €	699.429,21 €
8.10	Unid. Coord. Sistemas de Prescrição e Dispensa	935.160,20 €	269.912,86 €	665.247,34 €
8.11	Unid. Coord. Sistemas de Suporte a Programas Estruturais da Saúde	510.551,96 €	124.485,85 €	386.066,11 €
8.12	Unid. Coord. Gestão de Serviço e Suporte	865.823,11 €	149.351,13 €	716.471,98 €
8.13	Núcleo de Coordenação do eSIS - RG	301.746,07 €	125.436,64 €	176.309,43 €
8.14	Núcleo de Coordenação do eSIS - SC	32.399,37 €	10.812,87 €	21.586,50 €
9	Gabinete de Auditoria Interna	20.392,94 €	5.026,80 €	15.366,14 €
10	Unidade de Apoio Geral	1.213.088,33 €	439.434,11 €	773.654,22 €
11	Conselho de Administração	36.571,95 €	36.571,95 €	- €
12.3	Núcleo de PMO	57.472,37 €	17.832,79 €	39.639,58 €
12.4	Núcleo de International Public Procurement & Sourcing	15.000,00 €	10.000,00 €	5.000,00 €
12.5	Núcleo de Mobilidade e Apps	30.744,48 €	- €	30.744,48 €
12.6	Núcleo de @Easy Procurement	60.967,00 €	11.109,36 €	49.857,64 €
Total		39.967.101,22 €	20.917.330,28 €	19.049.770,94 €

Figura 12 – Estrutura de compromissos e pagamentos por Orgânica

IV. Demonstrações Financeiras

1. Balanço

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Balanco Individual em 30 de junho 2017

(Valores expressos em euros)

Rubricas	30.jun.17	30.jun.16
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	1.970.928,25	2.154.627,52
Ativos intangíveis	1.059.986,73	762.212,96
	3.030.914,98	2.916.840,48
Ativo corrente		
Clientes	860.698,85	1.163.904,99
Estado e outros entes públicos	2.216.971,61	771.655,06
Outros créditos a receber	1.186.755,05	5.169.997,91
Diferimentos	4.280.123,68	72.695,39
Caixa e depósitos bancários	6.879.771,78	8.168.897,78
	15.424.320,97	15.347.151,13
Total do ativo	18.455.235,95	18.263.991,61
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital subscrito	25.637.140,00	6.000.000,00
Resultados transitados	-26.354.121,49	-26.355.933,91
Outras variações no capital próprio	5.340.000,00	-
Resultado líquido do período	1.479.370,71	3.818.773,33
Total do capital próprio	6.102.389,22	-16.537.160,58
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	501.157,41	617.335,25
Financiamentos obtidos	-	21.483.492,57
	501.157,41	22.100.827,82
Passivo corrente		
Fornecedores	2.503.288,39	1.741.879,51
Estado e outros entes públicos	537.592,28	1.864.542,11
Financiamentos obtidos	-	889.087,65
Outras dívidas a pagar	3.810.808,65	8.204.815,10
Diferimentos	5.000.000,00	-
	11.851.689,32	12.700.324,37
Total do passivo	12.352.846,73	34.801.152,19
Total capital próprio e do passivo	18.455.235,95	18.263.991,61



2. Demonstração de Resultados

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 30 de junho 2017

(Valores expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	30.jun.17	30.jun.16
Vendas e serviços prestados	1.674.183,02	5.924.235,94
Subsídios à exploração	15.546.946,24	13.999.999,00
Fornecimentos e serviços externos	-10.088.297,35	-9.689.184,48
Gastos com o pessoal	-4.297.576,18	-3.811.360,65
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	-	-
Outros rendimentos	463.082,63	131.291,26
Outros gastos	-312.946,37	-224.910,43
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2.985.391,99	6.330.070,64
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	-1.088.053,16	-831.118,29
Resultado operacional (antes de gasto de financiamento e impostos)	1.897.338,83	5.498.952,35
Juros e gastos similares suportados	-	-317.774,78
Resultado antes de Impostos	1.897.338,83	5.181.177,57
Imposto sobre o rendimento do período	-417.968,12	-1.362.404,24
Resultado líquido do período	1.479.370,71	3.818.773,33



3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde - EPE

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período de 30 de junho de 2017

(Valores expressos em euros)

Demonstração (Individual) das Alterações no Capital Próprio no Período de 30 de Junho de 2017			(valores expressos em € mil)					
Descrição	Notas		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
			Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do Período 2017	1	12	25.637.140,00	-	-26.729.554,18	5.340.000,00	351.182,37	4.598.768,19
Alterações no período	2							
Resultado Líquido do Período	3	13					1.479.370,71	1.479.370,71
Resultado Integral	4 = 2 - 3						1.479.370,71	1.479.370,71
Operações com detentores de capital próprio								
Realizações de capital								
Outras operações								
Resultados transitados dos ACES		13			24.250,32			24.250,32
Aplicação do resultados de 2016		13			351.182,37		-351.182,37	-
	5		0,00	0,00	375.432,69	0,00	-351.182,37	24.250,32
Posição na Fim do Período 2017	6 = 1 + 2 + 3 + 5		25.637.140,00	0,00	-26.354.121,49	5.340.000,00	1.479.370,71	6.102.389,22

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio	
Posição no início do Período 2016	1	13	6.000.000,00	-	-27.761.637,21	0,00	4.043.591,30	-17.718.045,91
Alterações no período	2	14						
Resultado Líquido do Período	3							
Resultado Integral	4 = 2 - 3							
Operações com detentores de capital próprio								
Realizações de capital								
Outras operações			19.637.140,00					19.637.140,00
Transferência OE					5.340.000,00			5.340.000,00
Saldo de gerência		14		-2.637.888,00				-2.637.888,00
Resultados transitados dos ACES		14		-373.620,27				-373.620,27
Aplicação do resultados de 2015		14		4.043.591,30		-4.043.591,30		-
	5		19.637.140,00	0,00	1.032.083,03	5.340.000,00	-4.043.591,30	21.965.631,73
Posição no fim do Período 2016	6 = 1 + 2 + 3 + 5		25.637.140,00	0,00	-26.729.554,18	5.340.000,00	351.182,37	4.598.768,19



4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período findo em 30 de junho de 2017

(Valores expressos em euros)

Rubricas	30.jun.17	30.jun.16
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		
Recebimentos de clientes	6.071.390,18	5.181.876,17
Pagamentos a fornecedores	-15.720.335,91	-7.039.062,55
Pagamentos ao pessoal	-4.137.697,59	-3.556.395,67
Caixa gerada pelas operações	-13.786.643,32	(5.413.582,05)
Pagamento / recebimento do impostos sobre o rendimento	-	-100.658,85
Outros recebimentos / pagamentos	14.937.087,40	10.752.993,92
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	1.150.444,08	5.238.753,02
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-177.573,62	-158.294,58
Activos intangíveis	-7.117,28	-27.044,01
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-184.690,90	-185.338,59
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	965.753,18	5.053.414,43
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.914.018,60	3.115.483,35
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.879.771,78	8.168.897,78



5. Notas às Demonstrações Financeiras

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis com vida útil finita são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo as amortizações reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

Clientes

No 1º semestre de 2017 o valor em dívida de clientes diminuiu face ao período homólogo. O montante em dívida refere-se essencialmente a faturas emitidas a diversas entidades no âmbito dos contratos de serviços partilhados.

Estado e Outros Entes Públicos – Ativo

Nesta rubrica está considerado um crédito de imposto de IRC, a SPMS efetuou pagamentos por conta com base num resultado superior ao resultado efetivo apurado em 2016. À data deste relatório a SPMS já tinha recebido o valor de 994.991,76€ referente a IRC. No 1º semestre esta rubrica evendencia também um valor a recuperar referente a IVA em virtude de ainda não ter sido possível faturar à ACSS as metas realizadas durante o 1º semestre inerentes ao contrato programa. No entanto prevê-se que a faturação à ACSS ocorra durante o próximo trimestre.

Outros créditos a receber

O montante incluído nesta rubrica corresponde a valores a receber de colaboradores da SPMS na sequência da emissão de reposições, tendo sido efetuadas as diligências necessárias para a recuperação dos montantes em causa. Inclui ainda os valores a faturar a clientes no âmbito dos serviços partilhados prestados no 1º semestre de 2017 e metas a faturar à ACSS ainda no âmbito do contrato programa de 2016.

Diferimentos - Ativo

A rubrica de diferimentos inclui faturas recebidas de fornecedores cuja faturação já ocorreu, mas a prestação efetiva do serviço só ocorre posteriormente.



Caixa e depósitos à ordem

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro e que sejam sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

A 30 de junho de 2017 esta rubrica apresenta uma variação negativa face ao período homólogo. No 1º semestre de 2017 os recebimentos foram superiores em relação ao período homólogo, o que permitiu também efetuar mais pagamentos a fornecedores. No período de referência esta rubrica apenas inclui caixa e depósitos no IGCP.

Capital

O capital estatutário de 25.637.140 Euros da SPMS é detido a 100% pelo Estado Português, encontrando-se integralmente realizado a 30 de junho de 2017. No 3.º trimestre de 2016 ocorreu o aumento de capital de 19.637.140€ para fazer face às dívidas provenientes do ACE's que, adicionado aos 6.000.000€ iniciais, fez subir esta rubrica para o atual montante.

Resultados Transitados

O resultado líquido positivo do período findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 351.182,37€, foi transferido para resultados transitados.

Em 2017 esta rubrica sofreu ainda uma diminuição 24.250,32€ por via da transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS operada pelo Decreto-Lei n.º 209/2015.

A 30 de junho de 2017 a SPMS apresenta um capital próprio positivo por via do efeito do aumento de capital no montante de 19.637.140 Euros, totalmente subscrito e realizado pelo Estado Português.

Outras variações no capital próprio

No âmbito da transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, procedeu-se à revelação contabilística das transferências determinadas pelo Orçamento do Estado para aquele efeito, no montante de 5.340.000,00 euros, recebidas durante o ano de 2016, em outras variações do Capital Próprio.



Provisões

A 31 de dezembro de 2016 a SPMS constituiu uma provisão no valor de 501.157,41 euros referente a processos judiciais em curso. A 30 de junho de 2017 a SPMS manteve constituídas provisões no mesmo montante, no âmbito de processos judiciais em curso, de acordo com avaliação da probabilidade de exfluxos financeiros, sendo esta quantificada com o auxílio do patrocínio jurídico dos respetivos processos, de acordo com as políticas contabilísticas em vigor.

Financiamentos obtidos

Em 2016, a SPMS liquidou a totalidade da dívida a Instituições bancárias proveniente dos ACE's SOMOS, por via do aumento de capital e de parte das transferências do Orçamento do Estado destinadas a esse propósito.

Fornecedores

O montante em dívida explica-se sobretudo por faturas de fornecedores que ainda não estão vencidas ou que se encontram em processo de validação.

Estado e Outros Entes Públicos – Passivo

Nesta rubrica constam os valores a pagar relativos a Segurança Social, CGA e IRS.

Outras dívidas a pagar

Na composição deste saldo está refletido o reconhecimento de obrigações com férias e subsídio de férias a liquidar aos colaboradores em 2018, mas cujo direito é adquirido em 2017.

Nesta rubrica também está refletido o encargo referente à prestação de serviços do contrato n.º 194/2016, referente ao processo 20160063 – Aquisição de manutenção de licenciamento ORACLE, no montante de 2.043.000,00 euros, uma vez que este gasto é recorrente e anual, o processo refere-se ao exercício de 2016, encontrava-se em fase de obtenção de visto do Tribunal de Contas a 31 de dezembro de 2016 e será previsivelmente pago em 2017.

Deferimentos – Passivo

A SPMS procedeu ao diferimento dos dois duodécimos do OE recebidos antecipadamente.

Vendas e Prestação de Serviços

O valor inscrito nesta rubrica no 1º semestre refere-se essencialmente a rendimentos no âmbito de serviços partilhados com diferentes entidades do setor da saúde e de contratos com a Direção Geral de Saúde.



Subsídios à exploração

A partir do exercício de 2016 a SPMS passou a receber transferências correntes diretamente do Orçamento do Estado. Em 2017, o ponto 35 do mapa anexo ao artigo 8.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, dispunha o seguinte: “Transferência da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. para a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), até ao limite de € 30 000 000, destinada a financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS.”

Fornecimentos e serviços externos

Em 2017, verifica-se um ligeiro aumento nos gastos com fornecimentos e serviços externos em relação ao período homólogo.

Gastos com o pessoal

Esta rubrica registou um aumento em junho de 2017 em relação ao valor registado no período homólogo. Este aumento deve-se sobretudo ao facto do quadro de pessoal da SPMS ter passado de 274 colaboradores a 30 de junho de 2016 para 288 em 30 de junho de 2017.

Outros gastos

Esta rubrica corresponde principalmente a correções relativas ao exercício de 2016.

Gastos de depreciação e amortização

Esta rubrica espelha o forte investimento registado desde o ano de 2015, especialmente decorrente da execução do PRITIC.

Evolução dos resultados

A Demonstração de Resultados, a 30 de junho de 2017, evidencia um resultado líquido positivo do período de 1.479.370,71€.

Recebimentos de clientes

Os recebimentos ocorridos em 2017 foram superiores em relação ao mesmo período de 2016.

Pagamentos a fornecedores

A rubrica de pagamentos a fornecedores apresenta um aumento significativo face ao ano anterior, devido ao fato de no 1º semestre a SPMS ter recebido os seis duodécimos do OE e adicionalmente mais dois duodécimos a título de adiantamento.



Pagamentos ao pessoal

Os pagamentos ao pessoal apresenta um comportamento semelhante ao ano anterior. No entanto verifica-se um ligeiramento aumento relacionado com o aumento do quadro de pessoal da SPMS.

Outros Pagamentos/Recebimentos

No 1º semestre de 2017 o montante desta rubrica é muito superior face ao mesmo período de 2016, devido ao recebimento dos oito duodécimos do OE.

Ativos fixos tangíveis e Ativos Intangíveis

Estas rubricas refletem pagamentos referentes a aquisições de imobilizado.

Caixa e seus equivalentes no fim do período

A SPMS apresenta um saldo inferior no final do período face ao mesmo período de 2016. Apesar dos recebimentos apresentarem um valor superior em 2017, o valor pago a fornecedores também foi superior em relação ao período homólogo, o que originou uma diminuição do saldo desta rubrica.



V. Indicadores

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo de alguns indicadores financeiros com referência a junho de 2017 e sua situação face ao ano de 2016.

Indicadores	Método de cálculo		Fonte	31.dez.2016	30.jun.2017
	Denominador	Numerador			
Resultado Líquido (€)	Resultado Líquido	NA	DR	351.182,37 €	1.479.370,71 €
Autonomia financeira (%)	Capital Próprio	Ativo Total	Balanço	26%	33%
Liquidez geral	Ativo Corrente: Dívidas de terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades	Passivos Corrente: Dívidas a terceiros de Curto Prazo	Balanço	1,11	1,30
Rácio de Solvabilidade (nº)	Capital Próprio	Passivo	Balanço	0,36	0,49
EBIT (Resultados Operacionais) (€)	Resultados operacionais	NA	DR	1.001.439,55 €	1.897.338,83 €
EBITDA (€)	EBIT + Amortizações + Provisões	NA	DR	3.142.126,17 €	2.985.391,99 €
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	FSE	NA	DR	27.564.974,71 €	10.088.297,35 €
Rendimentos Operacionais (€)	Volume da negócios + Subsídios à exploração + Outros rendimentos e ganhos	NA	DR	41.879.636,53 €	17.684.211,89 €
Gastos com deslocações e estadas	Deslocações e Estadas (6251) + Alojamento (61516)	NA	Balancete	358.273,06 €	32.267,87 €
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	Ajudas de custo (63271)	NA	Balancete	39.527,45 €	32.276,59 €
Gastos com comunicações	Comunicação (6262)	NA	Balancete	182.792,65 €	60.374,59 €
Gastos com Pessoal (€)	Gastos com pessoal (63)	NA	Balancete	8.653.481,06 €	4.297.576,18 €
Gastos Operacionais DGTF (FSE+GCP) (€)	FSE + Gastos com pessoal	NA	DR	36.218.455,77 €	14.385.873,53 €
Volume de negócios	Vendas e Prestações de serviços + Subsídios à exploração	NA	DR	41.337.541,02 €	17.221.129,26 €
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	Gastos Operacionais DGTF	Volume de Negócios	DR	88%	84%
Gastos com Frota Automóvel	Combustíveis (6242) + Locação (62612)	NA	Balancete	28.583,49 €	14.611,88 €
Recebimentos de clientes (€)	Recebimentos de clientes	NA	DFC	17.786.531,89 €	6.071.390,18 €
Pagamentos a fornecedores (€)	Pagamentos a fornecedores	NA	DFC	27.898.907,58 €	15.720.335,91 €
Prazo médio de pagamento (dias) - Dados de junho	Média Fornecedores dos últimos 4 trimestres x 365	Compras e FSE dos últimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral	33,43	28,46
Prazo médio de recebimento (dias) - Dados de junho	Média dos Clientes dos últimos 4 trimestres x 365	Vendas e Prestação de Serviços dos últimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral	59,69	97,15
Quociente de posicionamento relativo	Prazo médio de recebimento	Prazo médio de pagamento		1,56	0,29
Saldo médio mensal de clientes - Dados de junho	Saldo de clientes no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	1.845.079,56 €	2.361.478,94 €
Saldo médio mensal de fornecedores - Dados de junho	Saldo de fornecedores no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	2.752.757,48 €	2.588.590,52 €
Receitas proveniente de outras fontes de financiamento (€)	Valor total das receitas provenientes de outras fontes de financiamento, para além das receitas próprias		Balancete	34.475.209,36 €	20.546.946,00 €

Tendo em conta o impacto que a transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, tinha no nível de liquidez e de autonomia financeira no ano de 2015, a liquidação das dívidas naquele âmbito pela via do



aumento de capital e das transferências do Orçamento do Estado, melhorou significativamente aqueles indicadores.

O prazo médio de recebimentos situa-se nos 97 dias, verifica-se um aumento deste indicador devido ao fato da ACSS só ter pago o valor faturado em dezembro de 2016 no mês de abril de 2017, ou seja, o pagamento foi efetuado após 110 dias da emissão da respetiva faturação.

A SPMS conseguiu diminuir o prazo médio de pagamentos no 1º semestre de 2017, uma vez que não existiram constrangimentos de tesouraria no início do ano de 2017.

A Empresa apresenta uma diminuição do peso dos gastos operacionais no volume de negócios de 88% para 84%, considerando apenas os Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal, nos termos do rácio normalizado da DGTF.

No que respeita aos limites que impendem sobre a SPMS importa referir que, através da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2017, encontra-se estabelecido no artigo 44.º que “As empresas públicas prosseguem uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental”.

O n.º 1 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, dispõe que “Para efeitos do disposto no artigo 44.º da Lei do Orçamento do Estado, as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a redução do peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios face a 31 de dezembro de 2016”.

Aquele artigo determina ainda que os gastos com pessoal e o conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel “devem também ser iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2016” (cfr. n.º 4 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março).

Por outro lado, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 49.º da Lei do OE2017, os encargos globais com contratos de aquisição de serviços, com exceção dos contratos com cofinanciamento europeu, não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016.

Neste contexto, o estado atual destes indicadores é o seguinte:



Indicadores	31.dez.2016	30.jun.2016	30.jun.2017	% sobre 2016	Variação homóloga	% VH
EBITDA (€)	3.142.126,17 €	6.330.070,64 €	2.985.391,99 €	95% -	3.344.678,65 €	-53%
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	27.564.974,71 €	9.689.184,48 €	10.088.297,35 €	37%	399.112,87 €	4%
Rendimentos Operacionais (€)	41.879.636,53 €	5.498.952,35 €	17.684.211,89 €	42%	12.185.259,54 €	222%
Gastos com deslocações e estadas	358.273,06 €	103.562,97 €	32.267,87 €	9%	71.295,10 €	-69%
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	39.527,45 €	16.250,29 €	32.276,59 €	82%	16.026,30 €	99%
Gastos com comunicações	182.792,65 €	28.371,29 €	60.374,59 €	33%	32.003,30 €	113%
Gastos com Pessoal (€)	8.653.481,06 €	3.811.360,65 €	4.297.576,18 €	50%	486.215,53 €	13%
Gastos Operacionais DGTF (FSE+GCP) (€)	36.218.455,77 €	13.500.545,13 €	14.385.873,53 €	40%	885.328,40 €	7%
Volume de negócios	41.337.541,02 €	19.924.234,94 €	17.221.129,26 €	42% -	2.703.105,68 €	-14%
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	88%	68%	84%	-	16%	-
Gastos com Frota Automóvel	28.583,49 €	12.307,70 €	14.611,88 €	51%	2.304,18 €	19%
Aquisições de serviços (Ec. 0202 - FF319;510;540)	27.113.366,00 €	6.752.897,00 €	15.029.889,00 €	55%	8.276.992,00 €	123%

Como se pode verificar os pagamentos com a aquisição de serviços são superiores ao período homólogo, essencialmente devido ao pagamento da manutenção do licenciamento ORACLE, todavia, também os gastos operacionais estão acima do referencial homólogo, apesar de se manter o peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios abaixo do limite. Também as despesas com o pessoal, as ajudas de custo e os gastos com comunicações estão acima do referencial homólogo.

A SPMS já efetuou o pedido de exceção do cumprimento das alíneas a) e b) do n.º 4, do mencionado artigo 124.º do Decreto de Execução Orçamental, através do Ofício n.º 15765 de 27 de março de 17, reiterado pelos Ofícios n.º 17835, de 21 de abril e n.º 18589, de 25 de maio do mesmo ano, até porque em 2016 a SPMS esteve excecionada no próprio Decreto de Execução Orçamental e porque se mantêm as circunstâncias que fundamentaram a referida exceção, designadamente a fase de crescimento da SPMS e o seu envolvimento em projetos internacionais.



VI. Conclusão

A informação disponibilizada neste documento permite as seguintes conclusões:

1. As Demonstrações Financeiras deixaram de estar influenciadas pela transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, em especial o Capital Próprio, que se apresenta agora positivo em face do aumento de capital ocorrido no exercício de 2016. Ainda assim, o capital próprio representa menos de metade do capital social.
2. A SPMS apresentou uma execução orçamental equilibrada no 1º semestre de 2017.
3. No âmbito das atividades inerentes ao Decreto-Lei nº209/2015, de 25 de setembro, encontra-se liquidada parte significativa das responsabilidades assumidas por aqueles ACE Somos e transmitidas para a SPMS (98%), porquanto se realizou o pagamento da totalidade do capital em dívida ao Sindicato Bancário, bem como das situações (que se destacam pela sua materialidade) referentes aos credores Capgemini Portugal, Serviços de Consultadoria e Informática, S.A. e MSD – Merck Sharp & Dohme, Lda, todavia, ainda permanecem dívidas por pagar.
4. A SPMS alcançou o objetivo de diminuição do prazo médio de pagamentos no 1º semestre.
5. Face ao risco de incumprimento do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, é importante obter a autorização para que a SPMS possa estar excecionada do mesmo, já solicitada por ofício.

SPMS, em Lisboa, 27 de julho de 2017
